



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Curso de Aperfeiçoamento: Direito e Políticas
Antidiscriminatórias para Procuradoras(es), Promotoras(es) de
Justiça e Servidores do Ministério Público do Estado do Pará**

Márcio Leal Dias

José Gracildo de Carvalho Júnior

Belém/PA

2024

Curso de Aperfeiçoamento: Direito e Políticas Antidiscriminatórias para Procuradoras(es), Promotoras(es) de Justiça e Servidores do Ministério Público do Estado do Pará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Belém/PA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA – Campus Universitário do Guamá - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Av. Augusto Corrêa, N° 01, Belém - PA – CEP: 66.075-900 – fone: +55 (091) 3201-7798.

REALIZAÇÃO

Universidade Federal do Pará

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública

Resolução nº 5.395, de 06 de julho de 2021 - CONSEPE

SUPERVISÃO

José Gracildo de Carvalho Júnior

ROTEIRO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Marcio Leal Dias

ILUSTRAÇÃO E DESIGN

Marcio Leal Dias

COMO REFERENCIAR ESTA OBRA:

DIAS, Marcio Leal; CARVALHO JÚNIOR, José Gracildo de. Curso de Aperfeiçoamento: Direito e Políticas Antidiscriminatórias para Procuradoras(es), Promotoras(es) de Justiça e Servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2024.

I – IDENTIFICAÇÃO

- a) Instituição Desenvolvedora: Universidade Federal do Pará;
- b) Instituição Executora: Ministério Público do Estado do Pará;
- c) Supervisão para Execução do Curso: Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;
- d) Coordenação para Execução do Curso: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará;
- d) Carga-horária: 60 (sessenta) horas;
- e) Local: auditório do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará no Município de Belém;
- f) Público de interesse: Procuradoras(es) e Promotoras(es) de Justiça, bem como servidoras(es) do Ministério Público do Estado do Pará no Município de Belém;
- g) Número de participantes: em atividade síncrona, 60 (sessenta) pessoas e, depois, disponibilidade do curso na rede interna do órgão, em plataforma de ensino à distância, para participação assíncrona;
- h) Modalidade: presencial para primeira turma; remoto/virtual para as demais turmas;
- i) Classificação: formação continuada.

2. JUSTIFICATIVA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público é um órgão auxiliar da estrutura ministerial com a função de propor e, implementar processos educacionais de ensino e aprendizagem, para o aprimoramento profissional e cultural dos membros desta instituição, de seus auxiliares e funcionários, face uma melhor execução de suas atividades profissionais e racionalidade ao utilizar os recursos materiais.

O Ministério Público Estadual é um órgão constitucional autônomo e considerado essencial à função jurisdicional do Estado, apresentado entre as suas atribuições a promoção privativa da ação penal e a proteção de interesses difusos e coletivos, além da defesa da ordem jurídica e do regime democrático.

No cenário brasileiro, é recente a concepção do Ministério Público com atribuições de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, pois esta missão somente foi introduzida com a Constituição Republicana de 1988.

Pela Lei Maior, o Ministério Público brasileiro desempenha uma das funções essenciais à Justiça, ao lado da Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública, conforme a tópica do Capítulo IV, do título Organização dos Poderes.

No direito estrangeiro, a roupagem do Ministério Público é próxima à defesa da democracia, dos direitos fundamentais, com participação de destaque para a realização da justiça social, apesar de, em alguns países, as suas atribuições ainda estejam associadas à perseguição criminal.

Em breve exame da configuração do Ministério Público no direito estrangeiro, constata-se que, em geral, a sua atribuição é voltada para a fiscalização de condutas e combate à redução de desigualdades sociais, além de buscar mecanismos de respeito aos direitos constitucionais e aos princípios de direitos humanos.

No Brasil, o Ministério Público insere-se em um contexto de afirmação de direitos coletivos e sociais, em que a efetivação de valores constitucionais é intensamente reclamada pela sociedade, a qual, como sujeito de direitos, fiscaliza as atividades dessa instituição, exerce o direito constitucional de petição, participa de audiências públicas, da produção de provas no procedimento administrativo e no inquérito civil público, utiliza as ouvidorias do Ministério Público para noticiar eventuais dificuldades no encaminhamento de seus pedidos, provoca a intercessão do Conselho Nacional do Ministério Público, pela via direta, por intermédio de recursos ou em atendimento a editais, bem como nas inspeções realizadas por esse órgão superior da estrutura ministerial brasileira.

A par disso, a atualização dos membros do Ministério Público é um dos princípios constitucionais da carreira do Promotor de Justiça¹, não apenas para a progressão na carreira, por meio dos concursos de promoção, mas também para o aperfeiçoamento da visão humanística e interdisciplinar dos membros da instituição ministerial, especialmente, face as inovações tecnológicas e das complexidades das relações sociais.

¹ Art. 93

(...)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (idêntica principiologia entre a Magistratura e Ministério Público).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA – Campus Universitário do Guamá - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Av. Augusto Corrêa, N° 01, Belém - PA – CEP: 66.075-900 – fone: +55 (091) 3201-7798.

Em uma perspectiva de inclusão de políticas sociais, especialmente, a antirracista, neste curso, buscar-se-á a construção de uma autonomia crítica do aluno e de uma argumentação com as liberdades, por meio de problematizações e incentivo ao poder criador dos educandos (FREIRE, 1994).

Além disso, por tratar de tema com conceitos já concebidos dos alunos, é válida a lição de GADAMER (1997), ao trabalhar a pré-estrutura da compreensão e os problemas dos preconceitos, o qual faz sentido de que o intérprete não se dirija aos textos diretamente, a partir de opinião prévia, mas que examine tais opiniões quanto à sua legitimação, isto é, quanto à sua origem e validade.

Nesse contexto, apresenta-se esta proposta de Curso de Direito e Políticas Antidiscriminatórias aos membros(as), servidoras(es) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), com enfoque teórico, prático e também de resolutividade; além de tratamentos estatísticos como análise, interpretação, inferências e apresentação dos dados.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Aprimorar a formação dos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará, quanto ao Direito e Políticas Antidiscriminatórias, com ênfase a compreensão das políticas raciais, os seus conceitos, em suas variadas dimensões, atualização legislativa, doutrinária e dos precedentes dos Tribunais Superiores.

3.2 Específicos:

- a) Melhorar o desempenho das funções de servidores e membros do Ministério Público do Estado do Pará, quanto ao Direito e Políticas Antidiscriminatórias;
- b) Atender às exigências relacionadas à permanente formação dos membros do Ministério Público, em especial quanto aos Direitos e Políticas Antidiscriminatórias;
- c) Letramento Racial e Antidiscriminatório dos Promotores(as), Procuradores(as) de Justiça e, dos colaboradores do Ministério Público do Estado do Pará;
- d) Construir subsídios ao exercício das atribuições de membros do Ministério Público do Estado do Pará, de maneira justa em demandas criminais relativas ao enfrentamento do Preconceito, pela garantia de Direitos e Políticas Antidiscriminatórias;

e) Interpretar e aplicar as ferramentas legais para a promoção de direitos humanos alusivos à conduta antirracista no Ministério Público do Estado do Pará;

f) Propor soluções assertivas à casos concretos de Racismo e Discriminação, ocorridos no exercício funcional dos membros do Ministério Público do Estado do Pará;

g) Analisar, interpretar e compreender a importância de uma cultura antirracista no tratamento dos conflitos na seara do Ministério Público do Estado do Pará;

h) Discutir o sistema normativo alusivo ao preconceito e, problematizar o debate da judicialização e o fracionamento de direitos humanos na Justiça Brasileira;

i) Avaliar a importância do debate teórico e prático sobre os tratados internacionais de direitos humanos para a aplicação do conteúdo da legislação brasileira;

j) Capacitação de Promotores(as), Procuradores(as) de Justiça e servidores(as) do Ministério Público do Estado do Pará, para analisar e buscar soluções à questões inerentes ao racismo, sob eixo constitucional de proteção aos direitos humanos;

l) Compreensão da demanda social, política e cultural associada ao preconceito e, a atuação na comunidade, refletindo nas atividades profissionais exercidas;

m) Utilização de ferramentas tecnológicas, para quantificar e elaborar o perfil das vítimas e autores dos crimes de preconceito, em suas mais variadas modalidades.

4. NÍVEL DO CURSO: Aperfeiçoamento profissional.

5. METODOLOGIA

O Curso proposto será realizado em modo presencial com carga horária de 60 (sessenta) horas por meio de aulas expositivas e dialogadas, com o processo de aprendizagem orientado por um facilitador em uma interação constante com os cursistas.

Os materiais didáticos do curso serão integralmente disponibilizados em formato digital, para leitura prévia às aulas presenciais, além de acesso à biblioteca física e virtual da instituição e a indicação de artigos hospedados digitalmente em diretórios acadêmicos, tais como, *Scielo*, *Research Gate*, *Google Acadêmico*, *Portal de Periódicos da Capes* etc.

Além do desenvolvimento de conteúdo teórico e análise da legislação, haverá oportunidade de avaliar juridicamente casos de preconceito e discriminação processados no Poder Judiciário Brasileiro, possibilitando examinar eventuais problemas ou inconsistências na análise da demanda judicial, especialmente, quanto à aplicação da lei, do Direito, de tratados, da Constituição Brasileira e balizas conceituais do preconceito.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA – Campus Universitário do Guamá - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – Av. Augusto Corrêa, N° 01, Belém - PA – CEP: 66.075-900 – fone: +55 (091) 3201-7798.

6. MEIOS DE AVALIAÇÃO

Para a participação satisfatória no curso com direito a receber certificado de conclusão, é necessária frequência mínima de 75% nas aulas, além do comprometimento com todas as atividades propostas no plano de ensino do curso, tais como, resposta aos fóruns de perguntas, leitura dos textos fornecidos pelo facilitador do curso, realização de fichamentos, resenhas críticas, além da interação e proatividade nas atividades didáticas.

No último dia de aula, haverá uma atividade avaliativa final, por meio de prova discursiva ou a proposição por parte do(a) discente de solução jurídica para análise de um caso hipotético. Onde o(a) discente que não entregar a atividade final ou faltar nesta avaliação será considerado desistente, não recebendo o certificado de conclusão do curso.

7. FONTES DE RECURSOS PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

7.1 Recursos Humanos:

Com relação às atividades administrativas inerentes ao curso, estas serão realizadas pelo corpo técnico já existente no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Pará, o qual é composto por servidores públicos efetivos e em comissão; além de um Promotor de Justiça Diretor da equipe, inexistindo, no âmbito de Secretaria Administrativa do curso, custos extras à administração pública, pois não haverá contratação de pessoal ou aquisição de insumos.

De sua vez, para o corpo docente, é proposta a utilização de verba destinada anualmente ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do MPPA, para a promoção de cursos e pagamento de hora/aula à docente/facilitador, mediante tabela arbitrada pelo órgão. Uma vez aprovado o curso pelo Ministério Público do Estado do Pará e, havendo disponibilidade orçamentária, toda programação de realização do curso será divulgada.

7.2 Recursos Materiais:

Em virtude da tecnologia e das políticas de sustentabilidade, a divulgação do curso se dará por meio de materiais em formato digital, inclusive, a lista de frequência, disponibilização de artigos, avaliações; portanto, sem o uso de papel impresso, bem como de itens descartáveis e poluentes, o que implica em custo mínimo à administração pública.

Ademais, como as atividades ocorrerão fisicamente na sede do Ministério Público do Estado do Pará, no município de Belém, inexistirá despesa com a locação de espaço físico e transporte de servidores da secretaria do MPPA. Aos interessados que estiverem impossibilitados de participar presencialmente do curso, todas as aulas serão gravadas e disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem do CEAF/MPPA, porém, o acesso ou *download* dos arquivos não garante certificação ao servidor público, pois, para isso é necessário a realização de atividades presenciais sob a supervisão um facilitador do curso.

7.3 Recursos Financeiros:

O custeio das despesas do curso serão, essencialmente, para o pagamento dos professores/facilitadores, para tanto, utilizar-se-á parte da verba planejada para o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPPA, de acordo com valores previstos para ressarcimento a título de hora/aula previsto para atividades educacionais no citado órgão.

7.4 Recursos Pedagógicos:

Além da Diretoria-Geral, O CEAF conta com as diretorias de cursos e eventos, além diretorias administrativas, as quais serão as responsáveis pela organização das atividades, planejamento acadêmico e supervisão dos alunos e professores/facilitadores.

8. PROGRAMAÇÃO DAS DISCIPLINAS PROPOSTAS

Na aula inaugural haverá a apresentação do curso pela Diretoria do CEAF e, pelo Coordenador Acadêmico do Curso de Aperfeiçoamento, com a explicação acerca da dinâmica das atividades e o conteúdo programático contendo as 10 (dez) disciplinas integrantes da estrutura curricular do curso, com carga horária individual de 6 (seis) horas.

Quadro 1. Matriz Curricular do Curso de Aperfeiçoamento “Direito e Políticas Antidiscriminatórias” para o Ministério Público do Estado do Pará, no Ano de 2024.

| DISCIPLINA I | CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS |
|--------------|--|
| BIBLIOGRAFIA | BOBBIO, Norberto. <i>A Era dos Direitos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 1992. GEERTZ, Clifford. <i>Nova Luz sobre a Antropologia</i> [trad. Vera Ribeiro]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. RAMOS, André de Carvalho. <i>Curso de Direitos Humanos</i> . São Paulo: Saraiva, 2015. |

| | |
|-------------|---|
| | TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. <i>A Proteção internacional dos Direitos Humanos e o Brasil</i> . Brasília: Eunb, 2000. |
| CONTEÚDO | Sistema Jurídico dos Tratados de Direitos Humanos. Dilemas dos Direitos Humanos em Plano Internacional e Local. Interpretação de normas de direitos humanos e a sua importância para o sistema constitucional brasileiro. |
| OBJETIVOS | Trabalhar conceitos internacionais de normas de proteção de direitos humanos e a incorporação de políticas antirracistas no Brasil. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |

| DISCIPLINA II | DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO |
|---------------|--|
| BIBLIOGRAFIA | GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn. <i>Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil</i> . São Paulo: Paz e Terra, 2000. MOREIRA, Adilson José. <i>Tratado de Direito Antidiscriminatório</i> . São Paulo: Ed. Contracorrente, 2020. RIOS, Roger Raupp. <i>Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas</i> . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. |
| CONTEÚDO | Fundamentos e definições do Direito Antidiscriminatório. Conceitos de Discriminação. Debate sobre o papel do Direito para práticas antirracistas. Discriminação direta e indireta. |
| OBJETIVOS | Discutir o conteúdo do princípio da igualdade e os conceitos de direito antidiscriminatório. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de resenha crítica do texto de leitura sugerido. |

| DISCIPLINA III | PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA A DISCRIMINAÇÃO |
|----------------|---|
| BIBLIOGRAFIA | GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Consentino. <i>Resistência Democrática: A Questão Racial e a Constituição Federal de 1988</i> . Educação & Sociedade, v. 39, pp. 928-945, 2018. MOREIRA, Adilson José. <i>Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica</i> . São Paulo: Ed. Contracorrente, 2019. |

| | |
|-------------|---|
| CONTEÚDO | Direito constitucional e a proteção contra atos discriminatórios; Sistema jurídico brasileiro e internacional antidiscriminatório; Racismo pelo discurso. |
| OBJETIVOS | Analisar a tutela contra atos discriminatórios em sede constitucional, legal e em tratados internacionais. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |

| | |
|----------------------|---|
| DISCIPLINA IV | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO |
| BIBLIOGRAFIA | <p>ARAUJO, Luiz Alberto David (org.). Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.</p> <p>GOFFMAN, Erving. <i>Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada</i>. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 2004.</p> |
| CONTEÚDO | <p>Estigma e a discriminação de pessoas com deficiência;</p> <p>Diplomas internacionais e os marcos legais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência;</p> <p>Medidas de inclusão de pessoas com deficiência.</p> |
| OBJETIVOS | Discutir o conteúdo do princípio da igualdade e os conceitos de direito antidiscriminatório. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de resenha crítica do texto de leitura sugerido. |

| | |
|---------------------|--|
| DISCIPLINA V | RACISMO E AS SUAS ALTERAÇÕES PELA LEI 14.532/2023. |
| BIBLIOGRAFIA | <p>ALMEIDA, Sílvio Luiz Almeida. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.</p> <p>CARVALHO, Salo de; SILVA, Paula Franciele; COSTA, Renata Almeida. Objeto e Método da Criminalização do Ódio no Brasil: Abordagem sobre a Função dos Tipos Penais Nominativos <i>in</i> Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 202, pp. 339 – 360, maio - jun/2024.</p> <p>GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.</p> <p>SENADO FEDERAL. <i>Estatuto da Igualdade racial e normas correlatas</i>. Brasília: Senado Federal, 2023.</p> |
| CONTEÚDO | <p>Racismo na história do Brasil;</p> <p>Conceito de racismo na legislação;</p> |

| | |
|-------------|--|
| | Atualizações da Lei de Racismo: um novo marco civilizatório? |
| OBJETIVOS | Apresentar, de forma crítica, a construção da norma penal sobre racismo e os seus marcos interpretativos à luz dos direitos humanos. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de resenha crítica do texto de leitura sugerido. |

| | |
|----------------------|--|
| DISCIPLINA VI | POPULAÇÃO LGBT E AMPARO ANTIDISCRIMINATÓRIO |
| BIBLIOGRAFIA | DIAS, Maria Berenice Dias. <i>Diversidade sexual e direito homoafetivo</i> . São Paulo: RT Editora, 2017. PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. <i>Preconceito contra homossexualidades</i> . São Paulo: Cortez, 2011. VECCHIATI, Paulo Roberto Iotti. <i>O Supremo Tribunal Federal, a homotransfobia e seu reconhecimento como crime de racismo</i> . Bauru, SP: Spessotto, 2020. |
| CONTEÚDO | Minoria sexual e discriminação; Proteção jurídica da orientação sexual. |
| OBJETIVOS | Debater os conceitos dos direitos LGBT e o arcabouço jurídico de proteção. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |

| | |
|-----------------------|--|
| DISCIPLINA VII | RACISMO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: ESTUDO DE CASOS |
| BIBLIOGRAFIA | BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF. Brasília, 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344606459&ext=.pdf . Acesso em: 20/05/2024. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26/DF. Brasília, 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15349811889&ext=.pdf . Acesso em: 20/05/2024. |
| CONTEÚDO | Injúria racial e racismo; Homotransfobia e antissemitismo como racismo; Racismo étnico: reconhecimento tardio. |
| OBJETIVOS | Compreender a importância dos precedentes do Supremo Tribunal Federal para a tutela do direito antidiscriminatório. |

| | |
|-------------|--|
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |
|-------------|--|

| | |
|------------------------|--|
| DISCIPLINA VIII | TECNOLOGIA E MÉTODOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE PESQUISA EM SEGURANÇA PÚBLICA |
| BIBLIOGRAFIA | ARTES, Rinaldo; BARROSO, Lúcia Pereira. Métodos Multivariados de Análise Estatística, São Paulo: Blucher, 2023. BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011. MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara A.; FERREIRA, Lúcia Gracia. Pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. 2022. |
| CONTEÚDO | Coleta e análise de dados; Técnicas pesquisa em segurança pública. |
| OBJETIVOS | Compreender os métodos de pesquisa e interpretação de dados estatísticos. |
| METODOLOGIA | Elaboração de gráficos e apresentação das modalidades de pesquisa em segurança pública. |

| | |
|----------------------|--|
| DISCIPLINA IX | SITUAÇÕES DE RACISMO E MEIOS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO |
| BIBLIOGRAFIA | BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. <i>Recomendação nº 54</i> . Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. Disponível em https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Recomendacoes/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-054.pdf , Acesso em 20/05/2024. CARNEIRO, Sueli. <i>Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2023. RIBEIRO, Djamila. <i>Lugar de fala</i> . São Paulo: Pólen Livros, 2019. SANDEL, Michael J. <i>Justiça: o que é fazer a coisa certa</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. |
| CONTEÚDO | Discursos racistas; Atuação resolutiva de conflitos; Indicadores e mudanças sociais. Eficácia da atuação ministerial no tratamento de casos de racismo. |

| | |
|-------------|--|
| OBJETIVOS | Tratamento as demandas racistas também por meio de técnicas extraprocessuais de conflitos. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |

| DISCIPLINA X | DISCRIMINAÇÃO NA ERA DIGITAL |
|--------------|--|
| BIBLIOGRAFIA | CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Crimes Digitais. São Paulo: Saraiva, 2011. MARMELSTEIN, George. <i>Discriminação por preconceito implícito</i> . Salvador: Juspodivm, 2022. SYDOW, Spencer Toth. <i>Curso de Direito Penal Informático – Partes Geral e Especial</i> . Salvador: Juspodivm, 2023. |
| CONTEÚDO | Crimes praticados pela <i>internet</i> ; Marcos de proteção nos delitos digitais. |
| OBJETIVOS | Compreender a dinâmica dos crimes praticados pela internet, o preconceito implícito. |
| METODOLOGIA | Aula expositiva e dialogada, com a realização de atividades no fórum do curso na internet. |

Como referenciar essa obra: DIAS, Márcio Leal; CARVALHO JÚNIOR, José Gracildo de. Curso de Aperfeiçoamento: Direito e Políticas Antidiscriminatórias para Procuradoras(es), Promotoras(es) de Justiça e Servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2024.